



ENCARCERAMENTO FEMININO E INTERSECCIONALIDADE GÊNERO, RAÇA E CLASSE (BRASIL/PORTUGAL): uma revisão sistemática de literatura

Andréa Mello Pontes¹
Clara Cruz Santos²
Cristina Vanessa Coimbra Nunes³

Resumo: A presente Revisão Sistemática de Literatura – RSL teve por objetivo identificar se as categorias teóricas de gênero, raça e classe aparecem de maneira interseccionada nas análises teóricas realizadas em artigos científicos sobre o encarceramento feminino no Brasil e/ou em Portugal. A abordagem foi qualitativa para recolha e sistematização dos dados através do método de Revisão Sistemática da Literatura (RSL) com recurso ao Protocolo PRISMA (2020). Como resultado a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, como fundamento da análise do encarceramento feminino em Portugal e no Brasil, aparece predominantemente em estudos realizados no/sobre Brasil, tendo como fundamento teórico principal os feminismos negros articulados aos estudos de gênero, ao pós-colonialismo e aos estudos decoloniais. Esta perspectiva não foi encontrada em artigos científicos de e sobre a realidade portuguesa.

Palavras-chave: encarceramento feminino, interseccionalidade, gênero, raça e classe.

FEMALE INCARCERATION AND INTERSECTIONALITY GENDER, RACE AND CLASS (BRAZIL/PORTUGAL): a systematic literature review

Abstract: This Systematic Literature Review – RSL aimed to identify whether the theoretical categories of gender, race and class appear in an intersected manner in theoretical analyses carried out in scientific articles on female incarceration in Brazil and/or Portugal. The approach was qualitative for collecting and systematizing data through the Systematic Literature Review (SLR) method using the PRISMA Protocol (2020). As a result, the intersectionality between gender, race and class, as the foundation of the analysis of female incarceration in Portugal and Brazil, appears predominantly in studies carried out in/about Brazil, having as its main theoretical foundation black feminisms articulated to gender studies, to the post-colonialism and decolonial studies. This perspective was not found in scientific articles by and about the Portuguese reality.

Keywords: Female incarceration, intersectionality, gender, race and class.

Artigo recebido em: 26/09/2023 Aprovado em: 20/05/2024
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v28n1.2024.20>

¹ Assistente Social. Mestre em serviço social, Doutora em antropologia social pós doc em comunicação social e Pós doc em Serviço Social pela Universidade de Coimbra. Professora do curso de Serviço Social. Pesquisadora de gêneros, gerações e sistema prisional. Universidade Federal do Pará. E-mail: andreamellopontes@gmail.com.

² E-mail: clarasantos@fpce.uc.pt. Universidade de Coimbra - Portugal

³ E-mail: cvcnunes@fpce.uc.pt. Universidade de Coimbra - Portugal

1 INTRODUÇÃO

A realidade do encarceramento feminino revela um aumento sistêmico nas estatísticas sobre a produção acadêmica e científica publicadas nos últimos 20 anos. Não foi somente no Brasil onde se observou o aumento da população feminina encarcerada neste período, no mundo o número subiu 60% desde 2000 e já somam 740 mil mulheres presas, segundo o Instituto de Pesquisa em Política Criminal e de Justiça da Birkbeck College, de Londres, no Reino Unido (ICPR) de outubro de 2022.

Os dados do SISDEPEN (Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional), que é a ferramenta de produção de dados estatísticos do Sistema Penitenciário Brasileiro da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), de dezembro de 2022, revelam que a população carcerária do país apresenta um total de 642.638 pessoas, das quais 615.091 (95,71%) são identificadas como homens e 27.547 (4,29%) são identificadas como mulheres. Embora o número de mulheres em privação de liberdade e, mais especificamente no sistema fechado, seja inferior ao número de homens, importa realçar o fator do tempo, isto é, o crescimento percentual de mulheres ocorreu num período bastante curto de tempo. De fato, em 2015, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou que de 2000 até 2015 o número de mulheres nos estabelecimentos prisionais femininos brasileiros cresceu 567%. A taxa de mulheres presas no país foi superior ao crescimento geral da população carcerária, que sofreu um aumento de 119% no mesmo período.

Em Portugal, segundo os dados disponíveis na Direção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais (DGRSP) identifica-se o aumento do número da população prisional feminina, que em 2010 era de 627, e em 31/12/2022 eram 867 mulheres reclusas, o que representa um aumento de 72,3%.

Segundo o ICPR de outubro 2022, a proporção de mulheres presas em relação à população prisional por país, comparativamente, em Portugal é de 7,3% da população carcerária total e no Brasil é de 5,1% do total da população carcerária nacional.

Do ponto de vista substantivo, a produção científica estudada analisa criticamente os dados do aumento do encarceramento feminino, na perspectiva do conceito de *campo de subjetivação* (Foucault, 2009) sobre a definição dos corpos femininos que são encarceráveis. O argumento reforça que o sistema de justiça penal parece ser estruturalmente constitutivo de e para uma sociedade capitalista eurocentrada e global (Lugones, 2008), endogenamente erguida sobre um sistema moderno-colonial de gênero, que, por conseguinte, define quais mulheres cujos corpos são encarceráveis, nomeadamente, negras e pobres no Brasil. No caso português as informações de diversidade étnico-racial não são coletadas pelo DGRSP.

Os estudos indicam, igualmente, o agravamento da “questão social” no Brasil (Santos, 2019), corroboram com a análise de que esta afeta diretamente mulheres negras e pobres com o desemprego e a precarização dos trabalhos, assim como, no que se refere ao baixo nível das condições de moradia, de escolarização e com o agravante da ausência de políticas públicas que sejam capazes de oferecer possibilidades concretas de existirem como mulheres “de color” (LUGONES, 2008).

Dentro desse grupo se agrava a invisibilidade da situação das mulheres, como nos apontam os estudos feministas e de gênero, na América Latina e na Europa (AMORAS *et al.*, 2021; BEBIANO; RAMALHO, 2010; LUGONES, 2008), e de modo mais contundente, como nos revelam os feminismos negros. Observa-se uma colisão de avenidas identitárias (AKOTIRENE, 2019), que apagam a existência pública das mulheres em situação de privação de liberdade (DAVIS, 2018; BORGES, 2018).

A inexistência social destas mulheres pressupõe uma necessária compreensão dos determinantes de gênero (BUTLER, 2003, 2018, 2020; CESAIRE, 1978; FREDERICCI, 2017), com recurso à teoria interseccional (CRENSHAW, 2020) proposta pelos feminismos negros, nomeadamente a “colisão entre gênero, raça, classe”. Tais construtos são indispensáveis para a construção de diagnóstico e elaboração de políticas públicas para mulheres em situação de privação de liberdade. O estudo teórico e empírico dos fundamentos da política pública e o conhecimento da realidade das mulheres em situação de privação de liberdade podem, a partir de marcadores e indicadores sociais, se constituírem como elementos estruturantes para ações de políticas públicas, que rompam com a sua contumaz invisibilidade.

As novas abordagens teóricas amplamente focadas nos processos de colonialidade e decolonialidade convergem para a defesa do argumento de que existe uma inclinação cultural de sistemas judiciais inquisitoriais de Portugal e Brasil, com impacto no desenho de políticas governamentais. É no âmbito deste debate atual que se questionou aos textos científicos atuais como a interseccionalidade entre gênero, raça e classe é tratada. Na perspectiva de uma defesa consciente de que as análises teóricas sobre a realidade do encarceramento feminino no Brasil e em Portugal devem, igualmente, ser observadas, pelos estudos decoloniais e feministas.

Do trajeto teórico e etnográfico desenvolvido delimitaram-se duas dimensões de análise no processo de exploração dos dados obtidos através da função *screening* da RSL. O primeiro que relaciona o importante papel do “encarceramento feminino” como parte do critério, de partida, para a recolha dos artigos científicos, na medida em que, este conceito se constitui numa chave epistêmica que rompe com a invisibilidade dos processos de apagamentos, inclusive, epistemológicos, dos processos sócio-históricos da relação mulheres/prisão. O segundo que substancia a importância da

literatura que aponta uma abordagem do encarceramento feminino, em que o gênero, a raça e a classe, estejam de forma intratramada (LUGONES, 2008).

2 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

A Revisão Sistemática da Literatura (RSL) teve por objetivo central identificar se as categorias teóricas de gênero, raça e classe aparecem de maneira interseccionada nas análises teóricas realizadas em artigos científicos que versam sobre o encarceramento feminino no Brasil e/ou em Portugal.

Os objetivos específicos pretenderam responder às seguintes análises: (I) evidenciar qual ou quais as matrizes de pensamento e seus/suas autores/autoras que fundamentam os artigos científicos analisados e (II) identificar as áreas de conhecimento onde se inserem as matrizes de conhecimento que fundamentam os artigos científicos revisados.

A RSL incluiu artigos científicos em cujos títulos e/ou no resumo apresentavam diretamente relação com o encarceramento feminino no Brasil e/ou em Portugal, publicados no período de 2018 a 2022 nas Plataformas *Biblioteca do conhecimento on line (B-on)* e *Periódicos Capes* e, de 2013 a 2023 para Plataforma *Scielo*. Foram incluídos artigos científicos que tivessem em qualquer parte do texto integral as palavras-chave: “encarceramento feminino”, “gênero”, “raça” e “classe” para a Plataforma *B-on* e “encarceramento feminino” para a busca na plataforma *Periódicos Capes*. No caso da Plataforma *Scielo* a palavra-chave foi “prisões femininas”. Incluíram-se apenas artigos em português nas três bases de dados, assim como, aqueles que foram analisados por pares.

2.1 O processo de identificação e seleção da amostra

A primeira base de dados utilizada foi a B-on, Biblioteca do Conhecimento online <https://www.b-on.pt/>, tendo sido efetuado o último acesso em 22 de maio de 2023. Foi efetuada uma pesquisa avançada onde se incluíram as seguintes palavras-chave: encarceramento feminino; (and) gênero; (and) raça; (and) classe, em (Tx) todo texto, de modo que a primeira busca fosse expandida. Foram encontrados 1.111 textos. Como critério de inclusão dos textos, usamos os restritores de busca disponíveis na base de dados, nomeadamente: a) que o texto estivesse integralmente disponível na base de dados (texto integral) e com este critério reduzimos o total 1.111 textos para 179 artigos disponíveis; b) que os textos fossem analisados por pares, havendo nova redução para 173 textos; c) definiu-se que a data de publicação dos artigos estivesse entre os anos de 2018 e 2022, tendo em vista que as estatísticas dos órgãos oficiais sobre a população carcerária do Brasil e Portugal, anteriormente

referidas, apresentavam os dados mais atualizados de acordo com este mesmo período de tempo; d) optou-se pelos artigos publicados no idioma Português - língua matriz de ambos os países - reconhecemos também validade das publicações em revistas acadêmicas do Brasil e de Portugal, o que nos permitiu identificar se as publicações nestes países enfocam o tema a partir das palavras-chave definidas no início da busca; e) utilizou-se, igualmente, a restrição das áreas científicas dos artigos publicados ao nível das ciências sociais aplicadas para o Brasil e das ciências sociais e humanas para Portugal, com a inclusão de áreas interligadas como Ciências Sociais e Humanísticas; Antropologia; estudos da mulher e do feminismo; estudos étnicos e culturais e Sociologia.

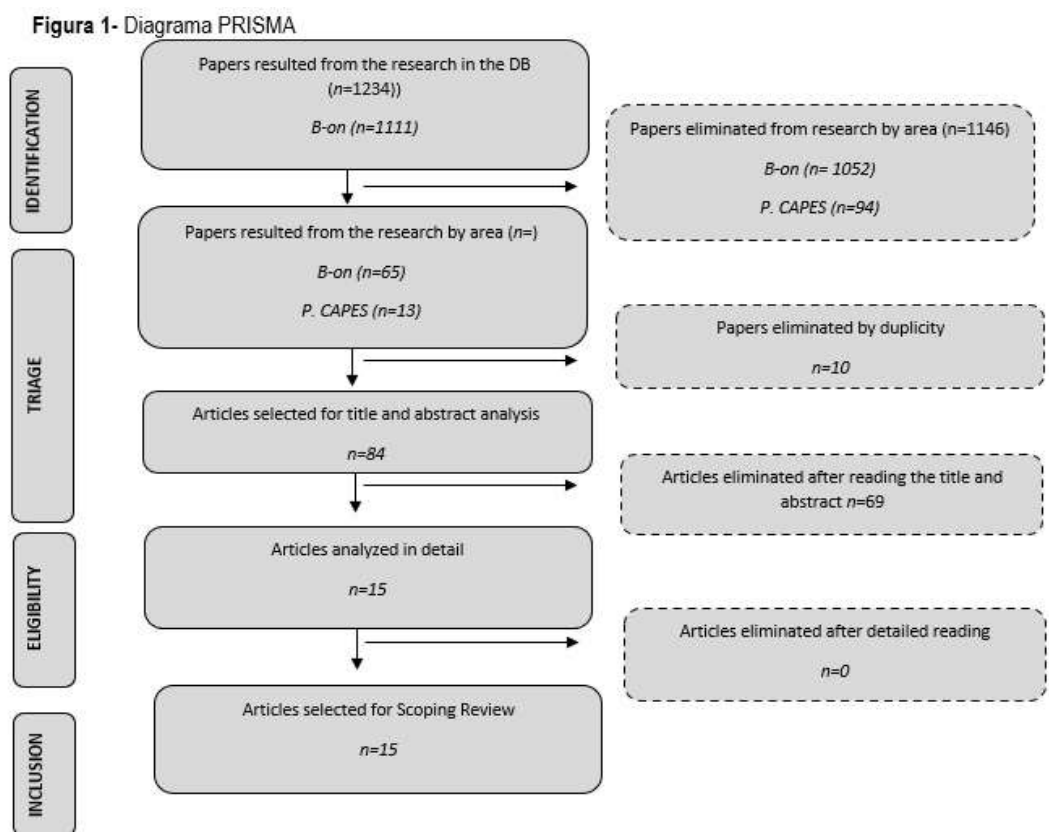
Neste processo de *screening* foram encontrados 65 artigos acadêmicos. Após a última sincronização, foram ainda excluídos os artigos duplicados (06), reduzindo a amostragem para 59 artigos. No processo de extração e por meio da leitura dos títulos e resumos dos 59 artigos, foram excluídos 50 por não estarem diretamente relacionados com os objetivos da RSL.

A amostra final para a base de dados *B-on* foi de nove artigos selecionados (Quadro 1). Ao analisar os títulos e resumos verificou-se ainda que a predominância dos artigos se referia a estudos realizados sobre a realidade do encarceramento feminino no Brasil. Por esse motivo considerou-se importante manter a busca da *B-on* pelas categorias centrais do estudo e fazer novas buscas em outras duas bases de dados com outras palavras-chave relacionadas ao tema e novos critérios para restringir a busca e, o primeiro deles, foi menor restrições através de palavras chaves, possibilitando maiores chances de encontrar textos sobre a realidade portuguesa, que não fossem excluídos de antemão pelas palavras-chave, mas pela análise de títulos e resumos.

A base de dados “Periódicos Capes” (<https://www-periodicos-capes-gov-br>), foi consultada pela última vez em 24 de maio de 2023. Para esta base de dados realizou-se “busca avançada” e para expandir a busca, partiu-se de “qualquer campo contém”; a palavra-chave “encarceramento feminino”; para o tipo de material “artigos”; idioma da busca: “português” e data da publicação “últimos cinco anos” (2018 –2023). Nesses parâmetros foram encontrados cento e sete artigos. Para restringir a busca definiram-se os descritores: “Recursos online”; artigos “revisados por pares”; “Acesso aberto”, obtendo-se 13 artigos, os quais foram submetidos à análise de títulos e resumos. Foram excluídos 8 artigos cujos temas não se encontravam relacionados com o objetivo da RSL, quais sejam: estudo de presídios misto; maternidade; relação de amor entre homens e mulheres e educação. A amostra para esta base de dados ficou reduzida a cinco (5) artigos (Quadro 1). Para a base de dados *Scientific Eletronic Library on-line* – “SciELO” (<https://scielo.org/>) cuja data da última busca foi em 24/05/2023 foi utilizada a palavra-chave “prisões femininas”, para a busca de artigos, como medida para expandir a recolha em relação as outras duas bases de dados. Foram encontrados 16 artigos. Os pressupostos de *screening* e inclusão respeitaram as mesmas normas das anteriores bases de dados com a utilização

da data de publicação dos artigos sugerida pela própria base de dados (2013-2022), informa-se que, assim que se insere o termo “prisões femininas” a base de dados circunscreve o espectro temporal das publicações com a palavra-chave indicada na busca. Para restringir a busca foram definidas as áreas de conhecimento, Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Sociologia; Antropologia e Social.

Encontraram-se dezesseis (16) artigos. Foram, posteriormente, realizadas as análises dos títulos e resumos, a partir do que nos foi possível excluir os artigos duplicados quatro (04). Usou-se o idioma como critério de inclusão, apenas para artigos em “Português” tal como na base de dados da *B-on*, permanecendo doze (12) artigos. Destes últimos, excluíram-se artigos com temas; sobre homens e masculinidades; sofrimento psíquico de agentes penitenciários; alimentação; estudo de presídio que não enfocou mulheres; e assuntos relativos à maternidade. O resultado foram onze (11) exclusões, portanto, nossa amostra final para base de dados *Scielo* ficou apenas (01) artigo (ver Quadro 1). O total da amostra da pesquisa efetuada referiu-se a quinze (15) artigos científicos extraídos das bases de dados identificadas que tinham como tema principal a discussão do processo do encarceramento feminino, com ênfase na condição das mulheres nas prisões a partir da categoria de gênero, e que apresentavam em seus títulos e/ou resumos a correlação com a situação de classe social/pobreza e, com a situação sociorracial em se tratando predominantemente de mulheres negras e/ou estrangeiras.



Fonte: Adaptado pelas autoras dos Critérios PRISMA - Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses,2020.

3 QUADRO SÍNTESE DOS ARTIGOS SELECIONADOS

A apresentação dos resultados obtidos nesta RSL seguiu uma lógica criterial e temática de acordo com os objetivos de investigação, nomeadamente: A interseção das categorias teóricas de gênero, raça e classe no estado da arte atual em Portugal e Brasil, e, identificação das áreas de conhecimento onde se inserem as matrizes de conhecimento que fundamentam os artigos científicos revisados.

Quadro 1 - Artigos Revisados da Amostra

Autor/ Base de dados	Área	Objeto	Fund. Teóricos	Metodologia	Categorias centrais
1 RIBEIRO e GODINHO (2021) - B-on	Historia	Quem são as mulheres encarceradas por trás dos números no Brasil	História das mulheres; <i>Her story</i> ; Estudos feministas; Abolicionismo penal	Qualitativa; História oral. Ampliação do estado da arte 12 entrevistas	Drogas ilegais; Sistema de justiça; dupla punibilidade Interseccionalidade de gênero, raça e classe.
2 GOMES (2020) B-on	Ciências Sociais	O impacto da Lei de drogas (Lei Nº 11.343/06) e o papel das mulheres no narcotráfico no aumento do encarceramento feminino no Brasil	Sociologia da violência Criminologia	Qualitativa; RL Visitas etnográficas Entrevistas	Drogas ilegais tráfico Faccionalismo; Gênero-Punição; Desemprego; América Latina; Racismo; Julgamento mais severo
3 DARÉ, T (2018) B-on	Sociologia	Mulheres jovens, vítimas e perpetradoras de violência social e familiar / Brasil	Teoria crítica feminista e pós-colonial	Estudo de caso em um presídio	Mulheres; Patriarcado; Sociabilidade violenta; Dominação masculina; Opressão tripla gênero, raça/etnia e classe; Agencia.
4. RIBEIRO, MARTINO e DUARTE (2021) B-on	Ciências sociais	Enquadramento da justiça, “amor bandido chave-de-cadeia” condiz com a realidade das mulheres? /Brasil	Estudos de gênero Estudos feministas	Quanti- qualitativa; RL; Survey; entrevistas	Mulheres presas; Gênero; Classe; Raça; Mulher negra; Dupla punição; Lei de drogas; Mundo do trabalho; Agencia das mulheres; Punições maiores
5. SANTANA e SANTOS (2020) B-on	Sociologia	O encarceramento em massa de mulheres como tecnologia do modelo colonial-racial / Brasil	Pensamento decolonial Abolicionismo penal Biolítica da precariedade	Análise teórica de bases estatísticas do INFOPEN	Decolonilidade; Biolítica; Gênero; Raça encarceramento em massas; Racismo; Controle dos corpos; Colonialidade da punição
6. PAIVA e PRIORI (2019) B-on	Estudos de gênero	O lugar que a violência feminina no imaginário social, nos discursos jurídicos e na historiografia/ Brasil	História das mulheres Estudos de gênero	Análise de processos-crimes que tiveram mulheres como autoras do delito	Gênero; Violência; Criminalidade; Intersecção de gênero, classe, raça; Mulheres; Estereotipo de gênero; Resistências das mulheres.
7. DUARTE (2021) B-on	Serviço Social	Situação das mulheres presas por tráfico de drogas no Brasil entre 2006-2016/ Brasil	Marxismo	Ensaio teórico	Capitalismo; Mundo do trabalho; Gênero/sexo; Desigualdade; Mulher; Classe; Raça/etnia; Geração; Criminalização da pobreza; Proletariado brasileiro; Colonização; Tráfico de drogas.

8. RIBEIRO (2022) B-on	Direito	O tratamento que é dado as mulheres nos processos penais e operadores do direito segundo ótica da teoria das preocupações focais/ Brasil	Crítica a teoria das preocupações focais Criminologia	Quanti/qualitativo ; Na análise de processos penais; Entrevistas com operadores do direito; o RL	Gênero; Tráfico de drogas; Mulheres sem agencia e leniência com as mulheres; Guerras as drogas; Discriminação de gênero; Vigilância policial na periferia; Punição maior da mulher.
9. SOUZA, OLIVEIRA e SOUZA (2022)	Políticas publica direito	Criminalização de mulheres em relação a lei de drogas por meio da sobreposição de marcadores sociais como raça, classe e gênero/ Brasil	Crítica à criminologia feminista Análise crítica do discurso	Descritivo RL Análise crítica de conteúdo	Criminologia; Drogas; Genocídio do Estado; Corpos negros; Classe, raça e gênero; Modelo escravista; seletividade do sistema penal; Feminização da pobreza; Política criminal alternativa; Eurocentrismo; teórico.
10. NUNES e MACEDO (2021). Periódico Capes	Sociologia	Rede de poderes na prisão e a sujeição de corpos de mulheres/ Brasil	Visão foucaultiana; biopoder; necropolítica de Achille Mbembe	Qualitativa Descritivo exploratória Observação participante Diálogos e entrevistas	Disciplina e controle dos corpos; biopoder; biopolítica; necropolítica; Racismo; Sexismo; Estigma; logica colonial; Sexo; Gênero; machismo; Classismo; racismo, interseccionalidade raça-classe-gênero; Resistencia sujeição dos corpos femininos.
11. SILVA, BORBA, e BARALDI (2021) Periódico Capes	Direito	Situação carcerária feminina no Brasil	Criminologia Regras de Bankock	RL Hipotética dedutiva	Encarceramento feminino, prisão, Dignidade da pessoa humana; Omissão do poder público, Ambiente prisional.
12. SANTOS e REZENDE (2020) Periódico Capes	Ciência Política	Políticas pública de segurança no sistema penal e diferença de gênero para vivências do feminino/ Brasil	Estudo de gênero e políticas públicas	Qualitativa, estudo de caso, entrevistas, pesquisa documental, análise de conteúdo	Política pública, gênero, maternidade, vivências no cárcere, segurança cidadã, dominação masculina, feminismo, invisibilidade da mulher
13. GERVÁSI O e ALMEIDA (2019) Periódico Capes	Direito	O aumento do número de mulheres envolvidas em atividades ilegais no Brasil	Foucault, estudos de gênero, estudos feministas	Pesquisa qualitativa, revisão bibliográfica e documental,	Gênero, poder, dominação masculina, mulheres, vidas insignificantes, sexo, etnofalocentrismo, sexismo, raça, classe, interseccionalidade, mulheres negras, agência das mulheres,
14. OLIVEIRA, NEVES e PARAVIDI (2018) Periódico Capes	Psicologia	Efeitos do encarceramento sobre as mulheres que cometeram delito relacionado à droga/ Brasil	Teoria psicanalítica, feminismo e psicanálise, Foucault,	Análise documental, análise de documentários sobre encarceramento, RL, pesquisa exploratória.	Encarceramento feminino, segregação, dependência química, política de drogas, amor bandido, disciplinamento, punição, solidão adaptação e submissão.
15. SILVA (2013) <u>Scielo</u>	Antropologia	Regimes penais nas prisões no contexto português na abordagem antropológica feminista/ Portugal	Antropologia feminista, feminismo, Foucault.	Ensaio teórico, RL,	Feminismo, punição, controle, genderização, domesticação, medicalização, patologização, docilização dos corpos, gênero raça e classe, feminização da pobreza, neoliberalismo

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

4 O PENSAMENTO E OS SEUS/SUAS AUTORES/AUTORAS

Os dados extraídos (ver quadro 01) permitiram a apresentação e discussão dos resultados em quatro “dimensões teóricas” (DT) - considerando a atribuição dos/as autores/as ao seu pensamento e considerando os conceitos centrais usados, nomeadamente: *DT-1- Teorias Feministas, Estudos de Gênero, Pós-Colonialismo e Decolonialidade*, *DT-2- Criminologia, Criminologia Crítica, Biopoder e Necropolítica*, *DT-3- Marxismo e Feminismo* e *DT-4- Psicanálise e Feminismo*.¹

Na DT-1 “Teorias Feministas, Estudos de Gênero, Pós-Colonialismo e Decolonialidade” agrupamos os seguintes artigos da amostra cuja identificação corresponde à respetiva numeração do quadro: Ribeiro e Godinho (2021) (01)²; Daré (2018) (03); Ribeiro, Martino e Duarte (2021) (4); Santana e Santos (2020) (05); Paiva e Priori (2019) (6); Santos e Rezende (2020) (12); Gervásio e Almeida (2019) (13); Silva (2013) (15). Estes artigos e respectivos/as autores/autoras utilizaram como fontes primárias que edificam o seu pensamento as/os seguintes pensadoras/es:

Kimberlé Crenshaw (2002), Bell Hooks (1994), Michelle Perrot (2007), Angela Davis (2003, 2016, 2009, 2018), Simone de Beauvoir (1988, 2009), Heleieth Saffioti (2004, 2013), Judith Butler (2008), Gayatri Spivak (1988), Lelia Gonzalez (1982, 2020), Joan Scott (1992), María Lugones (2010), Frantz Fanon (2008), Abdias Nascimento (1978), Aníbal Quijano (2007), Carla Akotirene (2019), Michel Foucault (1977, 1999, 2002, 2014, 2017 e 2018), Giorgio Agamben (2002, 2010).

Na DT-2 “Criminologia, Criminologia Crítica, Biopoder e Necropolítica” identificamos os seguintes artigos revisados: Gomes (2020) (2); Ribeiro (2022) (08); Souza, Oliveira e Souza (2022) (09); Nunes e Macedo (2021) (10); Silva, Borba e Baraldi (2021) (11). Nesta DT, os/as autores/as primários/as utilizados/as referem-se a: Helena Hirata (2017), Bruna Angotti (2012), Angela Davis (2018), Sérgio Adorno (1995, 2002), Luciana Boiteux (2017), Michelle Alexander (2017), Alessandro Barata (2011, 2002), Howard Becker (2008), Pierre Bourdieu (2012), Loïc Wacquant (2003); Michel Foucault (1999, 2005, 2010 e 2014), Giorgio Agamben (2004, 2007); Sandra Caponi (2014); Achille Mbembe (2018); Carla Akotirene (2019); Kimberlé Crenshaw (1994), Alba Zaluar (1993).

Na DT-3 “Marxismo e Feminismo” verificamos a presença da autora revisada: Duarte (2021) (7) e os/as autores/as de referencial teórico são os/as seguintes: Silvia Fredericci (2010), David Harvey (2013); Rui Mauro Marini (2008); Karl Marx (2010, 2013, 2017), Abdias Nascimento (2016); Heleieth Saffioti (2004, 2013) e Tom Wainwright, (2016).

Na DT-4 identificada como “Psicanálise e Feminismo” contém o seguinte artigo revisado nesta RSL: “Efeitos do encarceramento sobre as mulheres que cometeram delito relacionado à droga”, de autoria de Oliveira, Neves, e Paravidini, (2018) Em correspondência à referência teórica a este

artigo identificaram-se os seguintes autores: Foucault, M. (1987); Sigmund Freud (1913, 1930, 1931, 1933); Walkiria Grant (1998); Jacques Lacan (1972, 1973) e Jean Laplanche (1992).

Observou-se que alguns/algumas autores/autoras são transversais às DT's como referência teórica dos artigos revisados. A justificativa para tal ocorrência se assenta no *objetivo central* desta RSL, para o qual a referência a esses/as autores/as foi incontornável. Os/as autoras/es e os principais argumentos teóricos foram: *Joan Riviere (2017)* com a discussão sobre gênero, patriarcado, violência e a mulher na sociedade de classes; *Michael Foucault (1987)* com seu clássico estudo sobre o biopoder e a sociedade disciplinar, onde as prisões ocupam papel central; *Abdias Nascimento(2015)* que discute o argumento do genocídio do negro no Brasil e o racismo escondido na sociedade brasileira; *Kimberlé Crenshaw (2004)* na sua contribuição na sistematização do conceito de interseccionalidade e *Karla Akotirene (2019)* quando trata do conceito de interseccionalidade para explicar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e o cisheteropatriarcado.

4.1 As matrizes de análise teórica e as áreas de conhecimento onde se inserem

Nos artigos revisados as categorias de análise *Interseccionalidade, gênero, raça e classe* para estudo do encarceramento feminino aparecem, predominantemente, em onze artigos dentro de um enquadramento teórico, cujos fundamentos, foram as linhas acima apresentadas e se inserem na DT-1 e na DT-2, nas áreas de conhecimento destacadas no Quadro 1.

Nas DT's 3 e 4 aparecem respectivamente o artigo 07 com abordagem no “Marxismo e Feminismo” e o artigo 14 com enfoque na “Psicanálise e Feminismo”. No artigo 07, de autoria de Duarte (2021), o encarceramento feminino aparece como parte da lógica da/do sociedade/mercado capitalista, e conseqüente da precarização do trabalho. Reconhece que a colonização escravocrata europeia no Brasil e por toda América Latina, estruturalmente, produziu desigualdades sociais e por isso a inserção das mulheres no “mundo das drogas” se deve também às poucas e precárias possibilidades de participação no mundo do trabalho, considerando ainda a pobreza estrutural resultante do império do mercado nas relações sociais. Além disso, identifica a importância dos “determinantes de classe, raça e sexo/gênero” (DUARTE, 2021, p. 3), das desigualdades jurídicas e sociais das quais determinadas mulheres são marcadas “para viver” e outras “para morrer”.

Nesta perspectiva há uma centralidade da discussão marxista sobre a categoria trabalho, que aponta a importância da discussão da mulher como integrante da classe trabalhadora na sociedade capitalista através da obra da autora Silvia Federicci (2017). Aponta a importância de Frantz Fanon (2008) sobre a “condenação dos colonizados” (DUARTE, 2021, p. 8) na formação da “massa de despossuídos/as” como corpos passíveis de punição. As relações de gênero e poder aparecem

imbricadas. Apesar do artigo mencionar a relação entre gênero, raça e classe, dá mais importância à categoria de classe social e não inclui a categoria interseccionalidade.

O artigo 14, intitulado “Efeitos do encarceramento sobre as mulheres que cometeram delito relacionado com a droga”, de autoria de Oliveira, Neves e Paravidi (2018), traz reflexões baseadas em Freud e Lacan, parte da impossibilidade de definir “uma mulher universal” (OLIVEIRA *et al.*, 2018, p. 92), dando importância às razões pelas quais as mulheres encarceradas são segregadas/castradas. Argumenta-se que as mulheres encarceradas não são vistas e isto produz “solidão como submissão” (OLIVEIRA *et al.*, 2018, p. 104), impedindo o laço social e político das mulheres encarceradas com a sociedade (OLIVEIRA *et al.*, 2018, p. 105). Destaca a necessidade de se olhar para a dependência de drogas e para a maternidade nas políticas públicas, uma vez que as mesmas se encontram negligenciadas pelo sistema prisional. Aponta, também, para a necessidade de não “normalizar os presídios”, com base na concepção Foucaultiana e, portanto, denuncia/propõe a necessidade de melhoria de políticas públicas para as mulheres encarceradas na América Latina e Caribe.

A abordagem dos artigos enquadrados no DT-2 (11, 10, 09, 08 e 02) está categorizada na criminologia crítica, na importante contribuição de Foucault (1999) para os estudos das prisões e na centralidade do Biopoder e da Necropolítica, que definem que vidas podem existir e que vidas são matáveis.

Deste modo, o debate da criminologia crítica é relevante para o debate da desconstrução de práticas punitivas/prisionais como único meio de lidar com a “criminalidade”, associando o abolicionismo penal com ênfase para o genocídio de Estado da população negra como aquela cujos corpos são *encarceráveis* e *matáveis*. Associa a categoria gênero e raça para evidenciar que o encarceramento feminino reproduz a relação com mulheres escravizadas, cujos corpos são destituídos de quaisquer direitos, tratados como objeto sem valor, num “estado de injúria” (MBEMBE, 2018, p. 28). Aponta para o necessário aprofundamento do domínio/poder a partir da interseccionalidade entre raça, gênero e classe resgatado pelas autoras Akotirene (2019), Krenshaw (1994) e Davis (2003, 2018). No entanto, argumenta que o aspecto central de regulação reside no sistema punitivo penal como tecnologia do biopoder e da necropolítica para compreender os vetores de sujeição dos corpos das mulheres encarceradas. A DT-1 é a dimensão que fundamenta, predominantemente, a *interseccionalidade gênero, raça e classe*, como aspecto central dos estudos sobre o encarceramento feminino.

5 DISCUSSÃO

A pesquisa partiu do pressuposto de que o construto “encarceramento feminino” evidencia com mais clareza a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, bem como a relação que este processo parece possuir com a produção e reprodução social de procedimentos opressivos, punitivos, excludentes, de precarização e seletividade para a definição de corpos encarceráveis. Este argumento, inicialmente, de natureza empírica procurou, por meio do método qualitativo da RSL, construir uma matriz teoricamente representativa que possibilitou aferir a historicidade do tema e a sua exploração no estado da arte do Brasil e de Portugal demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2 - Analítico da Amostra

Autor	Título	Objetivos do artigo	Resultados	Observações
1 RIBEIRO e GODINHO (2021)	Histórias de vidas de mulheres em situação de aprisionamento	Conhecer a narrativa das mulheres sobre suas próprias trajetórias de vida	As histórias de vidas das mulheres aprisionadas estão marcadas pelas dimensões de gênero, raça, classe, drogas ilegais, violência e o sistema de justiça.	Identifica-se o argumento da conexão entre as categorias de raça, classe e gênero interseccionadas
2 GOMES (2020)	O encarceramento feminino recente no Brasil: uma discussão a partir do Rio de Janeiro, Manaus e Fortaleza.	Evidenciar o impacto do narcotráfico no encarceramento feminino.	As mulheres apenas aparecem na reconfiguração, manutenção e reorganização das facções criminosas dentro e fora dos presídios.	Aparece o importante conceito de ‘agencia’ das mulheres só possível de ser discutido numa perspectiva crítica de gênero.
3 DARÉ, T (2018)	Prisioneiras: reflexões sobre mulheres jovens, vítimas e perpetradoras da violência.	Fazer uma reflexão da relação entre mulheres e a guerra a drogas	As formas de violência institucional e patriarcal é reproduzida nos presídios, seja pelas estruturas das instituições prisionais e entre as mulheres que reproduzem o poder disciplinar pela “lei das presas”	Presença do conceito de poder disciplinar e punitivo como uma lógica que reproduz as opressões vividas pelas mulheres nas prisões
4. RIBEIRO, MARTINO e DUARTE (2021)	Antes das grades: perfis e dinâmicas criminais de mulheres presas em Minas Gerais	Analisar as dissonâncias e consonâncias entre literatura especializada, sistema de justiça criminal, e as mulheres presas	Há uma multiplicidade de experiências de mulheres que impede que se justifique a ausência de agencia das mulheres.	Central a noção de apagamento da sociodiversidade das mulheres (gênero, raça e classe).
5. SANTANA e SANTOS (2020)	O encarceramento em massa de mulheres enquanto tecnologia do sistema colonial-racial	Entender a dinâmica das relações racializadas no Brasil como gestora da biolítica sobre a população negra	A prisão aparece como lugar onde determinados corpos são punidos pelo fato de existirem como tal. Punição é igual a apagamento de existências.	O conceito de subjetivação aqui define os mecanismos de aprisionamento seletivo de gênero, raça e classe.
6. PAIVA e PRIORI (2019)	Mulheres no ‘mundo’ da violência e do crime: algo fora do lugar? (Comarca de Guarapuava/PR, 1965-1980)	Analisar a violência feminina muitas vezes visto como “algo fora do lugar de mulheres no ‘mundo do crime”	As mulheres aqui são vistas como sujeitas da história, portanto a participação delas no chamado “mundo do crime” precisa ser problematizado a partir deste enfoque.	Os estudos de gênero e o enfoque da “agencia” das mulheres aparece aqui como central.

ENCARCERAMENTO FEMININO E INTERSECCIONALIDADE GÊNERO, RAÇA E CLASSE (BRASIL/PORTUGAL): uma revisão sistemática de literatura

7. DUARTE (2021)	Mulheres despossuídas no século XXI: trabalho, justiça e gênero.	Compreender o impacto da gênese da sociedade capitalista, na atualidade na apropriação do trabalho, e o impacto nas vidas das mulheres presas como massa desempregada	Abordagem no “Marxismo e Feminismo” com a centralidade na discussão teórica está na categoria Classe Social, nas mulheres encarceradas como componentes de uma “massa de desempregadas formais” (p. 13)	Neste texto as categorias de gênero e classe social na ordem burguesa capitalista é central
8. RIBEIRO (2022)	Mais leniente com as mulheres? O fluxo do processamento do tráfico de drogas numa cidade brasileira	Compreender se a teoria das preocupações focais pode ser aplicada no entendimento do fluxo de processamento por tráfico de drogas	O texto enfatiza que as mulheres são tratadas mais duramente nas decisões judiciais do que os homens. Sobre elas recaem o peso do delito e da análise subjetiva dos operadores da justiça sobre ruptura com os papéis sociais destinados a mulher.	Importante discussão de gênero para superar um olhar vitalizante das mulheres que nega sua agência no delito, mas também nas suas formas de resistência.
9. SOUZA, OLIVEIRA e SOUZA (2022)	Criminalização das mulheres pela lei de drogas nos discursos do tribunal de justiça de Sergipe	Demonstrar as facetas históricas das mulheres criminalizadas e fazer uma crítica à lei das drogas e analisar os discursos dos julgadores das mulheres	As mulheres negras estando situadas na base da pirâmide social e em decorrência de inúmeras vulnerabilidades são mais propensas a precursão penal.	A lei Nº. 13.257 de 2016 no Brasil, vem sendo um dos mecanismos de aumento do encarceramento em massa de mulheres.
10. NUNES e MACEDO (2021).	“Corpos encaixados de prisão”: mulheres e subjetividades em exceção	Analisar as redes de poderes em uma penitenciária mista e a sujeição dos corpos de mulheres	Afirma os presídios que existem desde sua emergência para o controle das populações indesejáveis para as quais, no sistema capitalista, não existe lugar.	Reforço à importância da institucionalização das prisões como mecanismo de controle através biopoder (controle sobre determinados corpos)
11. SILVA, BORBA, e BARALDI (2021)	Mulheres em cárcere: um estudo sobre a situação carcerária feminina no Brasil	Discorrer sobre as prisões femininas e as dificuldades sofridas pelas mulheres presas grávidas ou não	Aponta a influência do sistema português sobre o Brasil. Por meio das Santas Casas de Misericórdia se recolhiam as mulheres no Século XV em Portugal.	Categoria do sexismo e a dupla punição moral e criminal
12. SANTOS e REZENDE (2020)	Sistema carcerário feminino: uma análise das políticas de segurança com base em um estudo local	Analisar como a diferença de gênero na construção de políticas pública de segurança influência as vivência do feminino no sistema prisional	A maternidade aparece como principal fonte de sofrimento das mulheres presas, por esse motivo a inserção da questão de gênero é fundamental para a formulação de políticas públicas de segurança pública.	A discussão de gênero para crítica ao sistema masculinizante das políticas penais e dos presídios
13. GERVÁSIO e ALMEIDA (2019)	Gênero, poder e subjetividade: uma análise sobre o número de mulheres em situação de privação de liberdade no Brasil.	Compreender melhor a formação dos dados do encarceramento feminino, qual o interesse jurídico e social atribuído às personagens dessa estatística.	A problemática de gênero traz um conjunto de questões importantes para o tema do encarceramento feminino, problematizando o universo masculinizante, sexista que permanece excluindo centralidade da mulher.	Relação entre gênero, sexismo, e universo masculinizante das prisões como forma de opressão das mulheres

14. OLIVEIRA, NEVES e PARAVIDI (2018)	Enigmas de um feminino encarcerado e seus princípios de segregação	Analisar o efeito subjetivo do encarceramento feminino considerando a indissociabilidade do contexto psicossocial e político da segregação	Com abordagem na Psicanálise e Feminismo, o foco está na indissociabilidade entre os contextos psicossocial e o político para pensar a categoria de segregação social; a partir das teorias psicanalíticas abordou a categoria de condição feminina.	Através dos estudos feministas e a psicanálise aparece a crítica a um lugar fixo para definir mulher
15. SILVA (2013)	Controlo e punição: as prisões para mulheres	Análise os dispositivos de controlo e punição nos EP'S femininos a partir da antropologia feminista	Afirma que é importante dar visibilidade às experiências femininas de reclusão, entendendo os discursos das mulheres reclusas como os discursos à margem e compreender as suas formas de resistências.	Os conceitos de gênero e marginalidade dos discursos das mulheres na prisão.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

A RSL “intersecção gênero, raça e classe” para a análise do encarceramento feminino Brasil e Portugal identificou e colocou em destaque os seguintes aspectos:

1. Todos os artigos selecionados criticam e se afastam das abordagens positivistas centradas na “pessoa criminal” de Cesare Lombroso (2017) e reposicionam-se, epistemologicamente, no processo de criminalização como um processo sócio-histórico;
2. Nos artigos da DT-1 observa-se a presença de “estudos interseccionais” sobre encarceramento feminino com particular relevância para os estudos decoloniais e feministas negros. Por outro lado, os artigos que se orientam pelos “estudos de gênero” destacam a importância da compreensão da relação mulher, raça e classe, apesar de não se referirem à categoria de interseccionalidade.
3. Todavia, ambas as abordagens afirmam que as prisões são seletivas para a mulher negra e pobre, particularmente na realidade brasileira. Em Portugal não foi possível observar esta discussão. O artigo português intitulado “Regimes penais nas prisões no contexto português na abordagem antropológica feminista”, de autoria de Silva (2018), estabeleceu uma relação entre a vertente feminista e os estudos de gênero, enfatizando as categorias poder/controlo e classe/gênero como estruturais às formas opressivas dos sistemas punitivos e penais em Portugal. Comparativamente não é abordada a categoria de interseccionalidade, que está intimamente vinculada à crítica ao racismo estrutural, mas reconhece que as mulheres nos sistemas prisionais sofrem punições de formas discriminadas e mais opressivas por questões moralizadoras e de gênero.

Nesta perspectiva sumária da análise teórica é possível afirmar que os artigos da amostra defendem e evidenciam que a opressão vivida pelas mulheres nas prisões é duplamente coercitiva: em primeiro lugar pelo crime praticado e, também, pelas violações dos padrões de moralidade esperados pelas mulheres na sociedade patriarcal, colonial e heteronormativa.

A análise dos dados extraídos permitiu ainda identificar a ênfase dada a dois conceitos teóricos: O *biopoder* de Michel Foucault (2009) e a *necropolítica* de Achille Mbembe (2011). Estes dois conceitos possuem um posicionamento quer central - como nos artigos do enquadramento teórico do DT-1 e DT-2 -, quer periférico, cuja ênfase é dada à subjetividade das mulheres no processo de encarceramento.

Os estudos realçam o tema das políticas públicas no combate às drogas - “guerra antidrogas” - no Brasil, onde a dependência química, uso, varejo e tráfico de drogas é importante para compreender a presença do maior número de mulheres nas prisões dos países em estudo.

As fundamentações teóricas da DT-1 e DT-2 estão mais próximas. Cruzam-se os conceitos de biopoder, necropolítica, abolicionismo penal, colonialismo, colonialidade e decolonialidade nas duas abordagens. Entretanto, a perspectiva teórica que aprofunda o conceito de interseccionalidade gênero, raça e classe sem excluir os demais conceitos é a dimensão teórica DT-1 Teoria Feministas, Estudos de Gênero, Pós Colonialismo e Decolonialidade.

6 CONCLUSÃO

A categoria *interseccionalidade gênero, classe e raça*, nos artigos estudados, é apontada como tendo a sua gênese nos movimentos sociais e no campo científico dos feminismos negros, que combatem o racismo estrutural como tecnologia colonial para definição dos/as “indesejáveis” (NUNES; MACEDO, 2021; DAVIS, 2018). Na literatura estudada sobre a realidade portuguesa do encarceramento feminino, este é abordado dentro de uma perspectiva crítica, mas não se reporta ao feminismo negro como um campo específico de estudo, nem como um paradigma científico de visão do mundo. Os artigos inseridos na DT-1 apontam para necessidade de superar as perspectivas políticas e teóricas do “sistema-mundo europeu, euro/norte-americano, capitalista, patriarcal moderno-colonial, que articulam raça e gênero no padrão de poder instaurado com a colonização histórica” (SANTANA; SANTOS, 2020, p. 316). Esta perspectiva é afirmada nos artigos da RSL como invisibilizadora das mulheres racializadas da “América Ladina”, conceito de Lélia Gonzalez (2020), usado para analisar a realidade do encarceramento feminino no Brasil.

Nasce um importante giro epistêmico do feminismo negro ao mostrar que as mulheres, predominantemente encarceráveis, são as negras e pobres. Entretanto, para o argumento destes

artigos, a realidade do encarceramento feminino está diretamente produzida pelo processo de colonização escravocrata, europeu, heteropatriarcal, brancocentrado. Demonstram também que o fim da colonização não eliminou a colonialidade global que seguiu reproduzindo formas de extermínio das pessoas negras, encontrando o sistema prisional como tecnologia de opressão e sujeição. Para esta perspectiva a interseccionalidade gênero, raça e classe está diretamente vinculada a uma perspectiva decolonial (GONZALEZ, 1988); abolicionista penal (DAVIS, 2018) e do feminismo negro (CRENSHAW, 2020; AKOTIRENE, 2019).

Observou-se na literatura portuguesa a ausência do debate do colonialismo, da colonialidade e da decolonialidade para o estudo do encarceramento feminino português, o que pode indicar a necessidade da ampliação da RSL sobre o tema interseccionalidade gênero, raça e classe, em dimensões luso-brasileiras, tendo em vista que neste aspecto aparece uma questão bastante incongruente entre as literaturas brasileira e portuguesa. Por um lado, na literatura brasileira a *interseccionalidade gênero, raça e classe* é desenhada com todas as implicações do processo de colonização eurocêntrica com ênfase no papel de Portugal sobre o Brasil, como imperioso para a análise do processo de encarceramento feminino, entretanto, nos artigos sobre a realidade portuguesa (entre artigos excluídos e incluídos) não é abordado nenhum enquadramento teórico que aponte o processo de colonização, descolonização e decolonialidade, vastamente indicado nos artigos sobre a realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMORAS, M. do S.; COSTA, Solange M. G.; BARROS, N. A. de. Feminismos e emancipação na América Latina. **Revista Praia Vermelha**, v.31 n. 2, p. 366-390, jul-dez, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/39847/25092>. Acesso em: 28 ago. de 2023.

BARATA, A. Criminologia Crítica e Crítica do direito penal – Introdução à sociologia do direito penal. 6.ed. **Coleção Pensamento Criminológico** 1: Revam, 2011.

BEBIANO, A. E.; RAMALHO, M. I. A Revista Crítica de Ciências Sociais e o Feminismo (1978-2017). **Revista Crítica de Ciências Sociais**. (on line), Número Especial. pp. 71 -114, 2018. Disponível em: <http://journals.opnediton.org/rccs/7709>. Acesso em: 28 ago. de 2023.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**. 1. ed. Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, C. E. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. **Revista de Administração pública**. v. 12, n. 2, p. 139-161, 1978.

CESAIRE, A. **Discursos sobre o colonialismo**. 1. ed. Editora Livraria Sá da Costa, 1978.

CHERNICHARO, L. P. **Sobre mulheres e prisões**: seletividade de gênero e crime de tráfico de drogas no Brasil. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.neip.info/upd_blob/0001/1565.pdf. Acesso em: 28 ago. de 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **População carcerária feminina aumentou 567% em 15 anos no Brasil**, 2015. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/populacao-carceraria-feminina-aumentou-567-em-15-anos-no-brasil>. Acesso em: 28 ago. de 2023.

CRENSHAW, K. (2004). **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em: 14 set. de 2020.

DARÉ, T. Prisioneiras: reflexões sobre as mulheres jovens, vítimas e perpetradoras da violência. **Revista de Ciências Sociais Configurações** (on line). n. 21, p. 64-79, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/configuracoes/5147>. Acesso em: 28 ago. de 2023.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DELUCHEY, J. F. Y. **Os dispositivos normativos neoliberais face ao apagamento da biosociodiversidade na Amazônia**. (Projeto de Pesquisa CNPQ), UFPA, 2022.

DIREÇÃO GERAL DE REINserÇÃO E SERVIÇOS PRISIONAIS. **População Prisional, por tipo de estabelecimento, segundo o sexo**. Disponível em: https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Estatisticas/%C3%81rea%20Prisional/Quinzenais/2023/1q01-2023-sexpen.pdf?ver=OcP7Y30jKR_dhpHKk7iAeQ%3d%3d. Acesso em: 3 set. de 2023.

DUARTE, J. F. Mulheres despossuídas no século XXI: Trabalho, Justiça e gênero. **Textos e Contextos**. Vol. 20 - Nº 1 pp 1-17, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/15873>. Acesso em: 3 set. de 2023.

FEDERICCI, S. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação Primitiva. 1. ed. Elefante, 2017.

FOUCAULT, M. **Micofísicado poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

GERVÁSIO, A.L.M. ALMEIDA, J. E. Gênero, poder e subjetividade: uma análise sobre o número de mulheres em situação de privação de liberdade no Brasil. **Revista de Direito da Faculdade de Guanambi**. v. 6, n. 2, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6080/608065718009/html/>. Acesso em: 3 set. de 2023.

GOMES, S. R. O encarceramento feminino recente no Brasil: uma discussão a partir do Rio de Janeiro, Manaus e Fortaleza. **Revista de Ciências Sociais**. v. 51, n. 1 p. 291-319, 2020. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/7323>. Acesso em: 3 set. 2023.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, 22(3), p. 935-941, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/?lang=pt>. Acesso em: 3 set. de 2023.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2011.

NUNES, C. C.; MACEDO; J. P. "Corpos encaixados de prisão": mulheres e subjetividades em exceção. **Revista Subjetividades**. v. 2, p. 1-12, 2021. Disponível em:

<https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/e10577>. Acesso em: 4 set. 2023.

OLIVEIRA, L. De; NEVES, A. S.; PARAVIDINI, J. L. L. Enigmas de um feminino encarcerado e seus princípios de segregação. **Barbarói**, 2 (52), 91-113, 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/11739>. Acesso em: 4 set. de 2023.

PAIVA, V.; PRIORI, C. Mulheres no 'mundo' da violência e do crime: Algo fora do lugar? (Comarca de Guarapuava/PR, 1965-1980). **Dilemas Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. v. 12, n. 2, pp. 427-449, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/15873>. Acesso em: 4 set. 2023.

RIBEIRO ASSIS, F.S.; GODINHO, L. Histórias de vida de mulheres em situação de aprisionamento. **Dilemas Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Vol. 14, nº 2, pp. 489-508. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,shib&db=edssci&AN=edssci.S2178.27922021000200489&lang=pt-pt&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 4 set. 2023.

RIBEIRO, L. Mais lenientes com as Mulheres? O fluxo do processamento do tráfico de drogas numa cidade brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**. v. 41, n. 3, p. 443-464, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/MFNfGLLsrxXsjrDrFphdk6k/>. Acesso em: 4 set. 2023.

RIBEIRO, L.; MARTINO, N.; DUARTE, T. L. Antes das grades: perfis e dinâmicas criminais de mulheres presas em Minas Gerais. **Sociedade e Estado**. v. 36, n. 2, p. 639-667, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/mSLsJZdthfb3wynZTTrkQqs/>. Acesso em: 4 set. 2023.

SANTANA, I.; SANTOS, E. O encarceramento em massa de mulheres enquanto tecnologia do sistema colonial-racial. **Confluence - Rivista Di Studi Iberoamericani**, 12(2), 315–336, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/12182>. Acesso em: 4 set. 2023.

SANTANA, Y.S. SANTOS, E.S. O encarceramento em massa de mulheres enquanto tecnologia do sistema colonial–racial. **Confluence - Rivista di Studi Iberoamericani**. v. 12, n. 2, p. 315-336, 2020. Disponível em: <https://confluence.unibo.it/article/view/12182>. Acesso em: 4 set. 2023.

SANTOS, B. R. M.; REZENDE, V.A (2020). Sistema Carcerário feminino: uma análise das políticas públicas de segurança com base em um estudo local. **Cadernos EBAPE. BR**. v. 18, n. 3, p. 583-594, jul-sep, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/nb3pxjFQ7hDkWFxJ9D8MzFc/?lang=pt>. Acesso em: 4 set. 2023.

SECRETARIA NACIONAL DE POLITICAS PENAIAS. **Dados estatísticos do sistema penal brasileiro**. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 25 maio 2023.

SILVA, J.S.; BORBA, T. C. S. B.; BARALDI, F. G. Mulheres em cárcere: um estudo sobre a situação carcerária feminina do Brasil. **Revista Vertentes do Direito**. v. 8, n. 2, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/direito/article/view/11139>. Acesso em: 4 set. 2023.

SILVA, V. Controlo e Punição: As prisões para as mulheres. **Ex aequo** [on line]. Nº 28, p. 59-72, 2013. Disponível em: [Controla e Punição: as Prisões para Mulheres \(scielo.pt\)](https://www.scielo.pt/exaequo). Acesso em: 4 set. 2023.

SOUZA, I. O.; OLIVEIRA, I. M.; SOUZA, D. A. Criminalização das mulheres pela lei de drogas nos discursos do Tribunal de Justiça de Sergipe. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. v. 12, n. 1, p.

228-251, set./dez., 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/MFNfGLLsrvXsjrDrFphdk6k/>.
Acesso em: 4 set. 2023.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. 2 ed. Zahar, 2011.

Notas

¹ Para apresentação do enquadramento dos artigos revisados por dimensão teórica (DT) utilizamos o seguinte critério de exposição, os artigos revisados aparecem de acordo com a norma técnica ABNT - nome/ano e os/as autores/autoras de referência da dimensão teórica (DT), que são citados/as nos artigos revisados, serão mencionados/as pelo nome e ano, mas só irão para as referências deste artigo aqueles/as que foram lidos/as por nós em primeira mão.

² Para nos referirmos aos artigos revisados da amostra desta RSL nos utilizaremos da numeração a constante presente no Quadro 1 daqui em diante.